

Nova alta da "prime" afeta os devedores

- 9 MAI 1984

por Milton Coelho da Graça
de Nova York

O aumento da "prime rate" para 12,5% tornou-se um argumento a mais na polémica que se trava na reunião de bancos centrais e privados que se encerra hoje em Nova York. Esse 1,5 ponto de percentagem a mais em 50 dias (a "prime" subiu 0,5% em março e 0,5% em 5 de abril) vai custar mais US\$ 10 bilhões aos países devedores e só o Brasil terá de exportar mais US\$ 1 bilhão só para cobrir esses inesperados acréscimos na conta de juros.

Mas os bancos privados disseram claramente que não têm condições de alterar as regras básicas da renegociação com os devedores. E a principal sugestão feita pelos economistas do Fed — a capitalização parcial dos juros — foi apontada como inviável, em face da realidade do mercado financeiro.

(Apenas os grandes bancos norte-americanos são

contrários à fixação de limites máximos de juros para o refinanciamento da dívida do Terceiro Mundo, apurou no Rio o editor Reginaldo Heller.)

Funcionários do Federal Reserve Bank de Nova York, anfitrião do encontro, e os próprios participantes receberam recomendação de não dar à imprensa nenhuma informação. O banco limitou-se a dizer que se trata de um "brainstorm" (reunião para o surgimento de idéias). Mas uma fonte com acesso a alguns convidados disse a este jornal que William Rhodes, vice-presidente do Citibank e presidente dos comitês assessores dos bancos para o Brasil, o México e a Argentina, defendeu anteontem a estratégia que vem sendo seguida e, segundo ele, já mostra bons resultados no México e no Brasil.

Rhodes reafirmou o que dissera há algumas semanas no Banco da Inglaterra: a seu ver, o maior perigo hoje é a "super-reação" ao problema da dívida, tanto por parte daqueles que advogam soluções a longo prazo (e que ele qualifica de "desnecessárias, impraticáveis e prejudiciais") como também daqueles que, dentro de alguns meses, poderão achar, antes do tempo, que a situação melhorou.

Ora, o presidente do Federal Reserve Bank de Nova York, Anthony Solomon, convocou os presidentes de quase duas dezenas de bancos centrais exatamente porque suas previsões são outras. Para ele existe uma probabilidade concreta de que os juros continuem subindo e qualquer simulação de computador demonstra que o Brasil, por exemplo, não teria condições de arcar com mais US\$ 4 bilhões ou US\$ 5 bilhões de custo anual da dívida.

Os economistas do Fed levantam questões simples: até onde a corda política e social pode ser esticada nos países devedores? (no Brasil, por exem-

americanos caíram enormemente entre 1981 e 1983, e a balança comercial dos EUA no primeiro trimestre deste ano teve um déficit superior a US\$ 25 bilhões).

Vários bancos centrais europeus, entretanto, são também contrários a quaisquer "medidas salvadoras". O presidente do banco central da Alemanha Ocidental, Karl Otto Poehl, tem manifestado oposição a qualquer interferência dos governos industrializados. Para Poehl, como também para os bancos privados, a melhor maneira de ajudar os países devedores é baixar os juros através da redução do gigantesco déficit orçamentário americano.

O opinião geral de banqueiros americanos e brasileiros ouvidos ontem por este jornal é de que as taxas de juros continuarão subindo. Quase todos acham que Henry Kaufman, respectado economista-chefe da firma Salomon Brothers, tem razão ao prever uma "alta espetacular" dos juros no início de 1985. Kaufman acredita que a "prime rate" chegará além dos 16%.

(Ver página 13)

plo, se o programa do FMI for aplicado e os juros não subissem, o padrão de vida no País em 1989 estará mais de 20% abaixo de 1980); qual é o limite possível da relação entre serviço da dívida e exportações? (no Brasil, por exemplo atinge dois terços); e até onde o programa de ajustamento nos países devedores acabará atingindo os países industrializados? (as importações de produtos norte-